

Janela de Diálogo 02 - Ouvindo Freire, EJA e o contexto do ensino remoto emergencial

*Alexandre da Silva Aguiar
Alessandro Augusto de Azevedo
Fabíola Dantas*

02

ALEXANDRE AGUIAR

Iniciando a Segunda Janela do *III Ciclo de Diálogos Universidade e Escola*, lembramos o contexto de excepcionalidades que vivemos em função da pandemia do novo coronavírus. Neste momento em que o país já registra um número que supera o meio milhão de pessoas mortas, queremos nos solidarizar com todos aqueles que perderam entes queridos, familiares, amigos, pessoas próximas e, ao mesmo tempo — no contexto de isolamento social em que nos encontramos, respeitando as recomendações sanitárias — nos fortalecer como coletivo diante de tantos desafios que temos sido convocados a enfrentar. Antes de iniciarmos nossa Segunda Janela de Diálogos, queremos alimentar também a nossa esperança de que brevemente possamos novamente estar juntos.

Temos a felicidade de realizar esta Terceira Edição do Ciclo de Diálogos juntamente com a comemoração dos 100 anos de Paulo Freire e por isso elegemos como tema deste encontro a Formação Docente e os Desafios para o Ensino Remoto, com foco nesta Segunda Janela para a educação de jovens e adultos. Pensando nas contribuições de Freire e nos desafios atuais acreditamos que *“a comunicação ocorre quando os dois polos do diálogo se ligam com amor, com esperança, com fé e se fazem críticos na busca de algo, por isso, mais do que nunca é preciso exercitar a fé na humanidade, a confiança na ciência, a Esperança na educação, a contínua luta contra o ódio já que não há diálogo se não há profundo amor aos homens e ao mundo, não é possível a pronúncia do mundo que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda”*.

Nossa Segunda Janela de Diálogos

recebe o professor Alessandro Azevedo, do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do N, pesquisador e militante da área de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Coordenador de Projeto EJA em Movimento, iniciativa voltada para a formação e autoformação de professores desta modalidade. O professor Alessandro está também à frente de outra iniciativa que visa a instituição da Cátedra Paulo Freire no estado do Rio Grande do Norte. Nossa segunda debatedora é a professora Fabíola Dantas, que é professora da Rede Estadual de Ensino, vinculada à décima Diretoria Regional de Ensino da Secretaria de Estado de Educação do RN (DIREC) localizada em Caicó.

Dentre muitas reflexões que nos traz a professora Fabíola Dantas destacamos os desafios de pensar a educação de jovens e adultos nesse contexto remoto, a partir da experiência desenvolvida naquele município com ações que utilizaram o rádio como forma de manter as atividades escolares e os vínculos com esses estudantes da EJA no contexto do ensino remoto e de isolamento social. Além de recuperarem uma experiência extremamente rica na história da educação de jovens e adultos, não só no Nordeste, mas no Brasil, que foram as escolas radiofônicas do final década de 50 e início da década de 60, trazem também essa releitura, essa recriação deste poderoso veículo de comunicação que é o rádio, como espaço de comunicação, de manutenção dos vínculos, nesse contexto de pandemia.

ALESSANDRO AZEVEDO

Nós estamos em um momento extremamente delicado em que fazer a discussão sobre Freire e a EJA na pandemia se coloca como

um elemento fundamental, se a gente quer de fato trabalhar na perspectiva da democracia, da democratização dos acessos a bens simbólicos, a bens culturais. Se a gente quer a garantia do direito, esse direito básico que é a educação. Eu tenho dito em alguns lugares por onde eu tenho tido a oportunidade de falar que me incomodam muito as celebrações a Paulo Freire as quais vejo em algumas circunstâncias numa perspectiva de olhar apenas para o passado, de celebrar Paulo Freire a partir do que ele pensou e fez, olhando sempre para o passado. O que ele fez no passado foi responder, no tempo dele, a uma questão básica que estava posta no tempo dele, que era a necessidade de se assegurar o direito à educação para todos e para todas. Lá naquela época, ele estava respondendo a esse desafio, e respondeu de uma forma extremamente original, extremamente importante, inovadora, enfim. Então, esse é o desafio que nós estamos tendo mais uma vez. O desafio é no plano da democratização do acesso a bens simbólicos, materiais e culturais, entre eles o direito à educação. Eu estou falando isso em relação não apenas ao público jovem e adulto, que eu penso ser um público para o qual esse desafio está claro, mas também em relação à democracia no sentido de que nós estamos assistindo por aí. Se não associarmos uma coisa à outra, vamos ficar com a falsa impressão de que podemos promover a democracia do acesso a bens, entre eles o direito à educação, sem um contexto de democracia no país como um todo e considerando o conjunto das instituições democráticas. A escola é uma instituição, se ela não for democrática, ela está refletindo algo que acontece fora dela. Então, nós temos esse desafio duplo, lutar pela efetivação da democracia fora

das quatro paredes da escola e no interior das instituições escolares, considerando a escola como um espaço que pode sim ser democrático. E para ser democrático ela não necessita apenas de atitudes democráticas das pessoas que estão dentro dela, mas necessita que as políticas que dão sustentação às suas ações, tenham esse viés, tenham essa percepção de democracia, de garantir o direito à educação.

Nesta pandemia, nós tivemos uma efetiva ampliação dos ataques ao direito à educação dos jovens e adultos que desejam iniciar ou retomar seus estudos interrompidos anteriormente em razão das inúmeras desigualdades sociais que enfrentam. Esse direito à educação por parte de jovens e adultos já vinha sofrendo ataques antes da pandemia. Antes da pandemia nós já tínhamos um decréscimo, por exemplo, da taxa de matrícula na EJA em várias escolas. Essa distância já existia, e quando eu falo essa distância, é uma distância que traz dentro de si vários fatores, tanto do ponto de vista físico como também simbólico. Trata-se também, portanto, de um distanciamento pedagógico, ou seja, perceber que ainda que eles se matriculem, aquela escola vai estar um tanto ou quanto distante da sua dinâmica de vida. Se isso já existia antes, com a pandemia isso se ampliou. A pandemia amplificou várias desigualdades, amplificou, especialmente, as desigualdades sociais e amplificou as desigualdades educacionais. E no âmbito educacional, e no âmbito social, nós temos uma convergência, que é o quê? Qual sujeito, quais são as pessoas, quais são os segmentos sociais que estão no centro dessa interseção entre desigualdade social e desigualdade educacional? Aquelas pessoas que seriam e que são os potenciais

cidadãos e cidadãs de direitos da educação via a modalidade EJA — aqueles cidadãos e cidadãs com baixa escolarização, que vivenciam situações de precarização do trabalho, que não têm direitos trabalhistas assegurados, que vivenciam uma completa imprevisibilidade da sua rotina pessoal por conta dessas precariedades. Uma trajetória de vida na qual os estudos foram continuamente interrompidos, porque são essas pessoas que estão na interseção daquilo que a pandemia aprofundou, a desigualdade social e a desigualdade educacional.

Se a gente não tiver clareza disso, a gente não consegue avançar substancialmente para o entendimento dos caminhos que a gente tem que seguir. Então nós temos isso de uma maneira bastante concreta, nós temos isso de uma forma amplificada em todo o território, e isso amplifica o que já tínhamos, o que já vínhamos assistindo acontecer. Então nos últimos anos, nós vimos essa precarização econômica, essa amplificação das desigualdades sociais. Muitas vezes as pessoas entram no discurso fácil de que essa desigualdade e a crise econômica gerada pela pandemia atingiu a todos, mas a gente sabe que nessa pandemia, muita gente lucrou muito em razão da própria pandemia. A pandemia, ao contrário do que muita gente pensa, não democratizou as perdas, não! Ela as amplificou, ela aprofundou a distância entre pobres e ricos no mundo inteiro. E o distanciamento para com a desigualdade educacional, no sentido do acesso, como eu digo, no acesso ao direito à educação para jovens e adultos, isso também.

Com a pandemia, aqueles jovens e adultos que já viviam numa situação precária no mundo do trabalho, ou de não inserção no mundo do trabalho, aqueles jovens e adultos que

viviam, como eu falei, nessa imprevisibilidade para aquilo que o Bauman chama de vida líquida —. essa vida ligeira, rápida, onde você não se estabelece, você não consegue se estabelecer porque está sempre vivendo dos bicos de empregos temporários insustentáveis —, e que são a demanda potencial da EJA, passaram a viver com mais imprevisibilidade ainda. Do ponto de vista educacional, igualmente.

Essa condição existente antes da pandemia, fez com que esses sujeitos não conseguissem plenamente dar cabo de sua trajetória escolar. Num primeiro momento, em razão dessa impressão de imprevisibilidade da vida, mas também em razão do que eu costumo dizer, que é o desajuste que você vai encontrar na escola em alguma medida, que é o quê? A vida dos sujeitos é absolutamente imprevisível e a escola se organiza de maneira previsível. A vida dos sujeitos é uma loucura imprevisível e a escola se organiza como se eles tivessem as plenas condições de estarem frequentando a escola todos os dias, ou seja, cumprindo uma rotina prescrita pela escola, que na verdade é uma rotina como eu digo previsível, no sentido de que ela segue um conjunto de encadeamentos lógicos de rotinas, inclusive pedagógicas, que os sujeitos efetivamente não acompanham.

E aí nós temos uma forma de distanciamento da escola em relação à vida dos sujeitos antes da pandemia que com a pandemia se amplificou. Eu estou falando no sentido bem geral porque, inclusive, a Professora Fabíola vai trazer uma experiência que mostra uma busca dos colegas professores de EJA, de quebrar esse distanciamento, em quebrar essa lógica, por isso que é muito importante a gente prestar atenção a fala dela a seguir.

Aquelas escolas que não constituíram estratégias, não tinham estratégias, não tinham estabelecido relações de proximidade com esses sujeitos, com a pandemia, elas se viram diante de um distanciamento muito maior. Já ao contrário, aquelas escolas que de alguma maneira haviam construído rotinas, processos em que o acolhimento, a proximidade com os sujeitos era algo alimentado, tiveram menos dificuldade para enfrentar os desafios de buscar o contato, a proximidade, com esses sujeitos, com essas pessoas. Muito recentemente, nós tivemos um evento de formação, promovido pela Secretaria de Educação do Estado, em que nós tivemos a oportunidade de assistir vários professores de EJA relatando como eles lidaram com a retomada das atividades ou como lidaram para a manutenção, vamos dizer assim, de algum tipo de contato com esses jovens e adultos nas escolas que estavam frequentando a EJA. Então, com a pandemia, e mesmo pós pandemia, é um entendimento que eu tenho, nós vamos vivenciar uma situação em que vamos precisar rever, e a pandemia está impondo isso, rever algumas das formas, vamos dizer assim, tradicionais com que a questão da organização da EJA é posta.

A primeira questão, que para mim está muito clara, é a da chamada pública. Para quem não sabe, nós temos uma legislação que começa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que vai alcançar as últimas três Resoluções, pelo menos, do Conselho Nacional de Educação relativas à Educação de Jovens e Adultos em todos os planos. Nessas legislações todas, nós vamos encontrar claramente posta a ideia de que os entes públicos, governo de estado, secretarias municipais de educação

precisam fazer a chamada pública, ou seja, mobilizar os jovens e adultos, que são potencialmente demandantes da modalidade EJA, chamá-los para a escola, chamá-los para virem estudar e mobilizar. Chamada pública é mobilizar, não é simplesmente colocar uma faixa na frente da escola, não é simplesmente você fazer um boca a boca, não é simplesmente você colocar um *card* virtual num grupo de *Whatsapp*, e é também tudo isso junto. É tudo isso, cada uma dessas coisas e tudo isso junto, e você colocar no site Secretaria uma notícia: “olha, tais e tais escolas estão querendo lhe receber, procure uma escola! Venha para a escola!” Por que eu estou falando isso? Porque nós temos um decréscimo de matrícula e a velha forma de pensar a matrícula na EJA, essa forma que é só botar uma faixa, quando muito, na frente da escola, tem sido um dos fatores alimentadores da baixa matrícula. Para se ter uma ideia, vou dar um exemplo relativo ao município de Natal: em 2007 nós tínhamos algo em torno de 12.000 matrículas no Ensino Fundamental na EJA, aqui em Natal. Ano passado, essa matrícula foi de pouco mais de 5.000 – 5.200 e não há quem comprove que o resultado disso é porque houve um enorme aumento da taxa de escolarização entre pessoas com mais de 15, pessoas com mais de 18 anos, que é o público da EJA. Não tem dados estatísticos que mostrem esse espetacular aumento da escolarização entre essas pessoas. Não se trata disso, trata-se sim de uma velha forma, que é não apostar na chamada pública e dentro da escola, e então vem o segundo fator: dentro da escola se manter as formas, os formatos inflexíveis de currículo e de condução das atividades pedagógicas. Esse formato inflexível afasta, exclui, distancia os

sujeitos da escola. Então nós temos isso, e para dar mais uma vez um exemplo de Natal, nós praticamente só temos um tipo de atendimento: os alunos se inscrevem numa escola, ele vai lá e é obrigado a frequentar a escola todos os dias como qualquer aluno, como qualquer estudante criança ou adolescente da chamada escola regular, não há flexibilidade. Inclusive, em razão dessa falta completa de atenção, até a semana passada, havia um movimento dentro da secretaria para fechar turmas de EJA e foi preciso professores e gestores se mobilizarem para combater essa ação que vinha dos setores superiores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Natal.

Então, aquilo que o Paulo Freire fala, da discriminação de uma escola democrática que precisa não discriminar, nós temos que mantê-lo porque há um processo de discriminação daqueles jovens e adultos com mais de 15 e 18 anos que são detentores do direito a continuar os estudos ou iniciar seus estudos que foram interrompidos antes. Nós vemos isso, tivemos isso claramente agora nessa questão com a Secretaria de Educação do Município de Natal, que era a partir da resistência que se esboçou entre professores, as coisas podem mudar. E também tem uma expectativa quanto a isso, em relação ao que foi noticiado sexta-feira passada de um programa divulgado pela governadora do estado acerca do programa “nova escola potiguar”. É um programa que tem vários eixos, pelo menos cinco, se não me falha a memória, mas eu ainda não encontrei, nem nas falas da solenidade — eu a assisti pelo *YouTube* —, indicadores de que esse público, jovem e adulto, esteja de fato sendo visto, observado, no conjunto desse

programa. Para não dizer que não foi falado em jovens e adultos, tem um eixo que se refere à alfabetização deles, mas a EJA não se resume à alfabetização de jovens e adultos, todos nós sabemos disso.

Inclusive, no programa que foi lançado sexta-feira pela governadora, pelo contrário, nós temos em cada eixo daquele, temos ali a possibilidade de colocar EJA de maneira muito forte. Por exemplo, um dos eixos é das escolas, dos institutos estaduais de educação, tecnologia e ciência como são os IFs. Esses institutos, eles precisam sim estar abertos também para esses jovens e adultos que querem adentrar no mundo do trabalho numa outra condição, um outro eixo desse programa é o da formação inicial e continuada, os professores das redes precisam de formação continuada, não é evento de formação como a gente tem visto por aí, todo ano tem um evento de 3, 4 dias. Não, a gente precisa de formação continuada, atividades que aconteçam um ano inteiro, formando os professores porque eles não tiveram formação quando passaram pela universidade. Um outro eixo que tem, que é a questão da informatização, os nossos estudantes de EJA, eles não têm condições de acessar internet e de dar conta das atividades e precisam ser incluídos. E mesmo na alfabetização, a inclusão desses sujeitos não pode ser apenas repetindo o que aconteceu em Angicos, porque o mundo mudou, até Angicos mudou, nem pode ser apenas na perspectiva de apropriação do código escrito. Temos que pensar em um projeto que seja bem mais amplo. Então, esses desafios estão colocados e eu vou fechar citando uma frase que é de um grande poeta Paulista que eu gosto muito. Eu passei essa pandemia lendo, pelo menos, dois livros dele,

Sérgio Vaz. Inclusive em uma outra atividade eu trouxe um poema dele. Hoje eu vou trazer só uma frase que eu acho bastante interessante. Ele diz assim: “Se você faz tudo sempre igual, é seguro que não se perca. Mas é possível que você nunca se ache.” Então, a gente precisa começar a se deslocar em determinados lugares para poder promover o direito à educação para todos e uma escola democrática como dizia Paulo Freire. E desde já, eu já vou antecipando, o que nós vamos ouvir de Fabíola, em certa medida, porque ela vivenciou uma experiência que representa esse deslocamento, essa busca por se achar, não fazer tudo sempre igual. Então, eu quero agradecer imensamente a confiança depositada pelos meus colegas do Centro de Educação, do GT de Estágio, e me colocar para o debate assim que nós terminarmos o circuito das falas. Muito obrigado.

ALEXANDRE AGUIAR

Como integrante da Área de EJA do Centro de Educação da UFRN, juntamente com o Professor Alessandro, e lembrando do foco deste III Ciclo que é a formação docente, eu gostaria de reforçar este desafio trazido pelo professor, que vivemos no âmbito das Universidades, que é pensar a formação inicial dos futuros profissionais da educação olhando para essa modalidade. Lamentavelmente, olhando para o conjunto das licenciaturas, nós temos hoje componentes voltados exclusivamente para a EJA apenas no curso de pedagogia. Isso é algo que nos frustra porque gostaríamos que essa formação pudesse estar sendo dada, discutida em todas as licenciaturas, ou seja, pudesse fazer parte do processo formativo de todos aqueles que vão assumir a educação básica.

FABÍOLA DANTAS

Primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste III Ciclo de Diálogos Universidade e Escola com este tema tão instigante: formação docente e os desafios de um ensino remoto. É uma oportunidade importante de dialogar com vocês sobre como nós estamos nos reinventando nesses tempos de emergência e ao mesmo tempo dialogar sobre a essencialidade de Freire nesses tempos tão difíceis, e como o seu pensamento tem nos permitido esperar e visualizar os inéditos viáveis em meio às situações limites. Então, o primeiro programa “EJA em ação” foi ao ar no dia 15/04/2020 pelas ondas da Rádio de Educação Rural de Caicó 102.7 FM. O próprio nome do Programa foi inspirado no livro “Medo e Ousadia” de Paulo Freire, em que diante do medo, somos convocados a nos mobilizar e não a paralisar. Então foi uma iniciativa da Assessoria da Educação de Jovens e Adultos, na época em que eu estava à frente desta iniciativa na Décima Diretoria Regional de Educação, Cultura e Esportes aqui no município de Caicó apoiada pela Fundação Sant’Ana e pelo Governo do Estado. E foi um momento de muita emoção, diante das incertezas impostas pela pandemia. No primeiro Programa EJA em Ação, nós tivemos como participantes o Bispo Diocesano, que é diretor geral da Fundação Sant’Ana, um representante da UNDIME, e o professor Getúlio Marques, dando início às nossas atividades no dia 15 de abril.

Lembro que em 18 de março, as escolas fecharam. Dias antes, nós elaboramos um projeto sobre a covid-19, recém surgida na China, para sugerir às escolas de que forma a gente poderia estar trabalhando essa temática,

sem acreditar, talvez ingenuamente, na força da transmissibilidade do vírus que chegaria a nós tão rápido, se transformando em uma pandemia. Então foram expedidos, no decorrer daquele ano, vários decretos e portarias pelo Governo do Estado tendo sido a portaria 184 a que instituiu o ensino remoto no Estado do RN.

Então os professores começaram a se movimentar, buscando formas de chegar aos estudantes, mas nós da EJA estávamos no “escuro”. Cientes de que não seria tão simples continuar com os processos escolares de jovens, adultos e idosos imersos em várias situações de interdição sem o aparato tecnológico, internet que viabilizasse o ensino remoto, que até então era a única alternativa pensada. Então desafiada pela SEEC (Secretaria de Estado de Educação Cultura e Esporte), pela SUEJA (Sub-coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos) e pela própria diretoria da DIREC, eu fiz uma viagem ao tempo orientada pelos caminhos que Freire me conduzia. Logo eu lembrei da experiência do MEB (Movimento de Educação de Base) que houve aqui em Caicó, por volta dos anos 80 até 90, porque a minha irmã, Graça Dantas, trabalhava nesse movimento. Então eu pensei em fazer algo parecido com os recursos que nós dispomos hoje, não apenas com rádio, mas com as redes sociais para também atrair os jovens e os adultos que tivessem acesso e se sentissem mais atraídos por estes canais. Então com inspiração no trabalho desenvolvido pelo MEB, com as premissas da educação emancipatória de Freire, o uso do rádio, meio de comunicação de massa no Seridó, das novas tecnologias — redes sociais e aplicativos — e da rede colaborativa formada por professores, estudantes, pessoal das escolas da DIREC,

profissionais autônomos, artistas populares e outras pessoas que se sensibilizaram com a iniciativa do programa, tecemos as redes que resultaram no Programa “EJA em Ação”. Nossa finalidade de início era alcançar os estudantes, portanto tínhamos fins humanísticos. Com a consciência do fantasma que nos assombra ano após ano do abandono e da evasão escolar, o nosso desafio era evitar que isso acontecesse para que essas pessoas não passassem mais uma vez por exclusão e que tivessem apoio emocional nesses tempos.

Então, fundamentados nos documentos expedidos pelo Estado, nos reunimos com professores e profissionais das escolas para apresentar a proposta. O sentimento de solidariedade e colaboração fazia daquele momento um marco, pois não estavam apenas os professores de uma escola, mas 80 profissionais de 19 escolas da EJA que faziam parte da décima DIREC. Nesse movimento, trouxemos também para os “Círculos de Cultura Virtuais”, além dos atores já mencionados, o Instituto Paulo Freire, de São Paulo, as Universidades Federal e Estadual do Rio Grande do Norte, o IFRN, a SUEJA, nomes como Miguel Arroyo e a própria governadora do Estado, a Professora Fátima Bezerra. Nós reinventamos Freire no programa EJA em Ação partindo de suas premissas dialógicas e problematizadoras da realidade, potencialmente freireana, iniciamos a produção do projeto.

Com conhecimento da realidade dos estudantes, escolhemos o primeiro tema gerador, que era a influência do rádio na educação do Seridó, e logo em seguida, evidenciamos o tema da própria pandemia. O trabalho inter/transdisciplinar acontecia na superação dos

espaços físicos das escolas e na relação dialógica entre professores de escolas em que se pensava o que e como abordar os temas no âmbito de sua disciplina curricular, saindo da caixa, transpondo o que antes era talvez impossível na cabeça de alguns. Então dessa maneira, começamos a capturar o movimento de tessitura de redes de conhecimentos, onde todos tinham uma contribuição a dar e não existia aquele saber maior ou mais especial que outro. Nisso, valorizamos os diversos saberes, dando voz e vez ao *homem ordinário*, como diria Certeau, na ocupação do lugar protagonista do programa — ou seja, os professores e estudantes estavam produzindo diretamente o programa, tecendo currículos. A solidariedade e o diálogo de cada área em que nós estávamos trabalhando, cada área de atuação onde se pensava a melhor maneira de abordar os assuntos e os encaminhamentos que seriam sugeridos aos professores e estudantes que ouviam ou assistiam aos programas pelas redes sociais ou pelo rádio; a problematização da realidade que incitava a criticidade realizava o movimento de aproximação do conhecimento científico construído historicamente, e outros conhecimentos imersos nesses cotidianos aproximando a escola da realidade de cada estudante, fazendo sentido continuar estudando. Portanto a oportunidade, a equidade e a humanização se conjugavam no círculo de cultura virtuais, na superação de qualquer hierarquia entre professores, estudantes ou qualquer outro ator inserido no contexto. O movimento circular do organograma demonstra superação da hierarquia, então a gente se divide em grupos apenas por logística, porque precisamos saber quais as atribuições de cada

um no processo de planejamento e execução do programa, inclusive ao idealizá-lo. Eu também produzi um manual com perguntas e respostas, o mais didático possível de como poderia ser a fundamentação dessas nossas ações para que a gente não se desviasse dos princípios freireanos e voltássemos ao modelo tradicional de currículo prescrito e regulatório.

Então o manual foi produzido, não no sentido de prescrever o que deveriam fazer, mas como *suleamento* [termo utilizado por Freire contra a concepção nortecêntrica] das nossas ações, para que a gente não se perdesse ou se sentisse tentado a voltar a seguir um currículo prescrito que tanto tem causado exclusões. Então os círculos de cultura virtuais aconteceram em três momentos, sendo o primeiro momento de planejamento, no qual os professores conversavam entre si na tessitura do programa a partir de e com as expectativas dos estudantes.

É importante ressaltar, infelizmente, que a gente não conseguia promover a participação dos estudantes no ato do planejamento do Programa. Isso foi uma aposta. Um ou dois participaram de maneira pontual, ainda muito tímida, mas esse é um dos desafios que nós ainda temos que superar, porque o Programa continua. Então, nós tínhamos esse instrumento para registrar esse planejamento, que também seria utilizado na próxima etapa, no próximo círculo de cultura que era o da avaliação. Então um grupo se reunia mais uma vez no movimento de ação, reflexão, ação para aprender com as potencialidades e falhas do Programa planejado e desenvolvido, onde só depois eu pude compreender ser um procedimento de autoscopia, de autoformação. Os encaminhamentos eram sugeridos para

que os círculos de cultura continuassem nas salas de aula virtuais com aprofundamento das temáticas e elaboração de atividades. Aos que acompanhavam apenas pelo rádio, teriam acesso às apostilas que auxiliariam nesse movimento. Então no momento que os kits de alimentação eram entregues, as apostilas também iam junto para facilitar esse acesso.

Havia sugestões de atividades interdisciplinares, na tentativa de integralizar os conhecimentos como resistência contra hegemônica. Então, em vez de fragmentar em disciplinas, buscamos uni-las para que o estudante conseguisse enxergar naquela atividade todos aqueles componentes curriculares, aquelas disciplinas que antes eram dadas de forma fragmentada por espaços-tempos determinados: terminavam uma aula, começava outra, então guardávamos Matemática na caixinha para abrir a caixinha de Geografia. E a gente tentou, com o Programa, superar essa compartimentalização que a lógica moderna ocidental traz tão forte na escola.

Foi orientada a criação do portfólio que auxiliasse no momento avaliativo como maneira de promover a avaliação de aprendizagens e a preocupação com a contabilização da carga horária dos profissionais envolvidos. Esta parte ficou mais a cargo da gestão da Regional, porque os professores realmente tinham, e com razão, a preocupação de saber como seria contabilizada essa carga horária deles no Programa, já que exigia realmente pensar esse currículo, praticar esse currículo, avaliar tudo o que era feito para que a gente pudesse realmente ter ciência do que a gente estava fazendo junto com os estudantes nessa nova forma de atuar.

Apesar de termos só um ano de Programa,

já conseguimos visualizar algumas questões nos resultados que temos hoje: a construção de currículos *praticadospensados* protagonizados por professores e entre professores e estudantes na busca incessante do *ser mais*, por humanização, currículos potencialmente emancipadores; o modo de dar visibilidade às questões sociais e problematização da realidade que se configura em aprendizagens críticas, onde abordamos muitos assuntos que se relacionam com o racismo estrutural, preconceito, questões LGBTQIA+, outras temáticas ligadas ao mundo do trabalho, à exploração, à situação de opressão, e a luta dos movimentos sociais com participação ativa dos estudantes por áudios ou na própria bancada do rádio dialogando conosco nos círculos de cultura dentro daquele espaço.

Também tivemos a diminuição do abandono escolar e alcance de estudantes mais distantes. Temos registros de um estanque na sangria de evasões e de uma tímida, mas significativa expansão da modalidade, aqui especificamente no Seridó, cerca de 100 novas matrículas na rede estadual em tempos de pandemia no ano de 2020. Então também tivemos a possibilidade de sonhar com a continuidade do Programa como uma nova forma de atendimento na EJA no Rio Grande do Norte, uma política assumida pela governadora e pela própria Subcoordenadora de Educação de Jovens e Adultos no Estado que afirmaram isso em um Programa exibido em maio deste ano. Então existe essa possibilidade animadora de que o governo já planeja ações que viabilizem a nossa continuidade e a expansão dos programas de rádio em todo o estado do Rio Grande do Norte. Também tivemos um

alcance nacional: fomos notícia em jornais, revistas, em site, falando sobre essa iniciativa, então foi bem interessante e bem importante para a gente. E novas matrículas na modalidade e alcance de outros estudantes e ouvintes. No início pensávamos em atingir os estudantes das 19 escolas e para nossa surpresa chegamos a uma parte do Seridó bem mais abrangente e também nas cidades circunvizinhas na Paraíba. Alcançamos a zona rural na sua totalidade garantindo a continuidade dos estudos dessas pessoas como uma estudante que nós temos com deficiência visual, moradora da zona rural do município de Timbaúba dos Batistas que também protagonizou esse Programa.

Agora é importante também frisar, como o professor Alessandro falou que o programa de rádio foi uma experiência, foi uma ferramenta pedagógica nesses tempos de pandemia. As escolas não foram obrigadas a aderir a esta iniciativa, elas se reinventaram também de outras formas, através de apostilas, podcasts, em outras questões tecnológicas que acreditavam que chegava mais próximo ao seu estudante. Então em momento nenhum a gente trouxe uma imposição, nem trouxe uma obrigatoriedade para essa participação. Inclusive agora com a volta às aulas neste formato ainda híbrido, com momentos presenciais e remotos, a gente enxerga uma potencialidade muito grande do Programa onde os professores podem assistir junto com os estudantes aos programas dentro de sala de aula e continuarem a problematização a partir do programa de rádio. E vemos sim a possibilidade de continuar o programa além do contexto remoto como uma forma de alcançar aqueles potenciais estudantes que não podem vir presencialmente à escola, seria uma ferramenta

para aqueles estudantes que participam da banca, dos exames permanentes nos CEJA's, que apenas adquirem material, estudam em casa e fazem as provas, sem ter nenhum aporte docente. Muito obrigada pela oportunidade. Estou aqui disposta para o debate.

ALEXANDRE AGUIAR

Parabéns, é um trabalho muito rico, interessante, e acho que responde muito sobre a questão desses a repaginação, da releitura do pensamento freireano e traz também para nós uma reflexão nesse mundo tão voltado para as redes sociais, computador, a internet. Essa releitura e ressignificação também do rádio, e da sua importância em comunidades como a que você cita no Seridó. E a capacidade de extensão dessas ações.

Temos algumas perguntas que são mais gerais, que podem ser respondidas por você e pelo professor Alessandro, e outras que são mais específicas para cada um.

Uma questão mais geral é que ao tratar da educação de jovens e adultos, sabemos que estamos falando de sujeitos com histórico já de negação de direitos e com marcas de desigualdades muito fortes — jovens, adultos, negros, periféricos, mãe de família em situações que muitas vezes concorrem com a sua presença na escola. Então, nós dissemos isso de modo geral da educação, que o contexto de pandemia ampliou essa desigualdade. Queríamos que vocês trouxessem um aprofundamento sobre essa ampliação no contexto de uma modalidade já marcada por tantas desigualdades, por tanta dificuldade, tantos desafios. Essa é a primeira questão que eu acho que serve para os dois. A segunda questão é relativa aos contextos

de sala de aula na educação dos jovens e adultos que, historicamente, são marcados por momentos de maior atenção, acolhimento, afetividade, situações que muitas vezes levam o professor a considerar a especificidade desses sujeitos e a necessidade de focar a relação de ensino- aprendizagem em outras dimensões também que passam por isso, pelo afetivo, pelo cultural e tudo mais. No contexto da pandemia, me parece que as ferramentas, que de um modo geral estão sendo utilizadas, tornam essas relações muito mais frias, muito mais distantes. Nós como professores temos vivenciado esse desafio de falar para uma tela com várias letrinhas onde tem 40 pessoas que não sabemos exatamente se estão nos ouvindo ou não. Então as relações se tornam mais frias. Nesse contexto que a professora Fabíola fala, da importância da rádio para as comunidades às quais essas experiências chegaram, queria que você falasse um pouco, Fabíola, o quanto que o rádio ainda carrega essa dimensão da afetividade. Sabemos que os programas de rádios costumam citar nomes de pessoas da cidade, situações de morte, de comemorar ações, o quanto isso se aproxima dessa dimensão mais afetiva e cultural que a EJA tenta resguardar. E a última pergunta vai diretamente para Alessandro, que na sua fala fez uma relação entre comunidade escolar e família, então que você pudesse aprofundar um pouco mais essa discussão nesse contexto de pandemia, quais os desafios que se colocam especificamente nessa perspectiva de maior integração entre escola, professor, aluno e comunidade?

FABÍOLA DANTAS

Os desafios são muitos, realmente, mas um primeiro passo que precisamos ter em mente é aceitá-los. Reconhecer a realidade como ela é, os desafios que nós temos à frente, e pensar de uma forma de subverter tudo isso, de lutar contra, de marcar essa militância, até porque a EJA é muito mais do que um direito à educação, ela marca essa questão realmente de arrancar cada direito que é necessário para que todos, todas e todes tenham acesso a esta educação que não pode ser de qualquer forma, tem que ser uma educação de qualidade, que seja garantida essa especificidade. A diversidade dos estudantes de EJA dentro desta escola, que muitas vezes é monocultural, pensa só em uma forma de cultura, ela desvaloriza as outras, e como Freire bem coloca, a escola tem que ser democratizante e democrática com a participação de todos. Nesse sentido, a questão do acolhimento é essencial, não enxergando o estudante da EJA ou a estudante da EJA como coitado, aquela pessoa que está vendo ali, que já é muito sofrida, mas como um sujeito de direitos, que está ali para aprender e para se inserir nesse mundo escolar, formal, tendo seus conhecimentos de mundo sendo considerados, valorizados dentro desse contexto, dentro desses currículos. Então a questão do acolhimento e da amorosidade não apenas do professor, mas por parte de todos e todes que fazem a escola, do porteiro ao gestor, é essencial para que ele se sinta acolhido, ele encontre sentido nessa escola e que se faça relações de afetividade, laços amorosos como Freire muito bem diz. Então que a gente não tenha medo de ser amoroso dentro da escola, de chegar mais perto.

E nos tempos de pandemia, como professor Alessandro bem coloca, isto se

escancarou, se ampliou, foi colocado uma lupa dentro para se visualizar esses problemas sociais e educacionais que estavam um pouco velados por uma falsa democracia que se propaga dentro das escolas. Então o rádio trouxe sim esse aconchego aos estudantes da EJA, porque todas as casas aqui em Caicó, aqui no Seridó tem rádio e aquelas que não têm, o celular fez essa função. Todo o celular, até um mais simples, utilizando o cabo dele, se transforma em rádio, o fone de ouvido se transforma em uma antena, então ele consegue captar a 102.7. Sempre fazemos questão de mandar um abraço para aqueles estudantes que estão ouvindo, aqueles que estão participando pelas redes sociais, para as escolas da EJA que estão ali, mesmo que não tenhamos certeza se os estudantes estão ali ou não, mas que também valorizamos, também mandamos aquele abraço. Também, de ler os comentários dos estudantes, dos professores no Programa para que esse movimento se aproxime o máximo possível desse estudante.

Inclusive aconteceram algumas coisas engraçadas por aqui. Certa vez, eu fui ao comércio — muito pontualmente porque eu também estou em quarentena —, quando eu fui falar uma pessoa que estava lá disse: “você é Fabíola do *EJA em Ação*, eu te escuto todos os dias”, não era estudante da EJA, mas que revelou ter vontade de voltar a estudar a partir da iniciativa do programa de rádio. Ela disse: “eu vi que eu sei muita coisa, então posso estar voltando para a escola...” e a gente faz esse convite. Então o programa também tem trabalhado, professor Alessandro, nessa busca ativa de chegar perto desse estudante ou daquele potencial estudante e motivá-lo para voltar, inclusive em relação a formação

continuada, nós também proporcionamos, estamos um pouco parados agora, mas vamos retomar esse movimento, porque os professores não conhecem Paulo Freire, ouviram falar, mas não conhecem em sua maioria, muito menos praticam suas ideias. Então precisamos realmente trazer Freire, quem é Freire, o que ele fez, qual seu pensamento e como ele nos afeta diariamente dentro dessa realidade pulsante que é o cotidiano da educação de jovens e adultos.

ALESSANDRO AZEVEDO

Em relação à pergunta que foi enviada sobre a questão da afetividade e também a questão do acolhimento por parte das escolas. Bom, em relação a afetividade como um processo de minimização da frieza dos ambientes remotos, uma coisa que me parece muito clara, no caso da EJA, na maioria das vezes, a escola já era um ambiente frio. Aliás ela era só um ambiente quente no pátio, onde os alunos estavam ali reunidos, fazendo suas brincadeiras, suas conversas, tanto que na EJA, a gente tem um fenômeno muito interessante que é o estudante ou a estudante que vai para a escola, mas não vai pra sala de aula. Fabíola certamente sabe disso porque lá no Senador Guerra, além do pátio que atravessa a escola, ainda tem uma praça do lado, então uma parte dos alunos fica dentro da escola em um pátio lindo, um jardimzinho maravilhoso que tem lá no Senador Guerra em Caicó, mas também vai para a praça ao lado. Então na escola, eu gosto sempre de trabalhar com a ideia e eu tenho pensado sobre isso, preciso arranjar um jeito de escrever, da matrícula como encontro. A matrícula é um encontro “*sedutivo*”, vamos dizer assim,

para não trabalhar com a ideia de sedutor e dar uma conotação sexualizada, mas são encontros “*sedutivos*”. O que é que eu estou chamando de encontros “*sedutivos*”: tem alguém desejando, é o encontro de dois desejos (ou deveria ser), o desejo da escola de querer interagir com aquele sujeito, com aquelas pessoas, e o desejo das pessoas de interagir com a escola. Então a matrícula, no meu entendimento, ela condensa esse encontro de desejos, por isso que eu falo de sedução, porque certamente a escola precisa ser sedutora, seduzir a pessoa que quer se matricular, e a pessoa também precisa se sentir motivada a seduzir aquela instituição para que ela de fato interaja de maneira sadia. E porque eu estou falando tudo isso, porque olha só o que aconteceu em Caicó — e foi muito importante todos os elementos que a Fabíola trouxe. Aquelas pessoas lá em Caicó já sabem que não precisam ir à escola, e até podem se quiserem, mas pensaram em um jeito de estudarem lá na pandemia, pensaram em um jeito delas estudarem sem que precisassem ir para a escola ou só fossem eventualmente para pegar um trabalho ou coisa parecida. Ou seja, para aquelas pessoas, a escola estava pensando nelas, então em alguma medida elas estavam sendo acolhidas. Um dado que a Fabíola trouxe, que é muito significativo é que houve aumento de matrícula na virada da pandemia, é verdade que foi um aumento pequeno, mas talvez, se for pegar o histórico para trás, talvez não tenha tido tanto aumento como teve em 2020 para cá. Podemos debitar na conta do programa? Não tem como dizermos que foi isso, mas é muito significativo, é um indício que precisamos investigar, ou seja, as pessoas ficam sabendo, “tem gente pensando na gente, inventando

um jeito de fazer a gente estudar, mesmo que a gente não possa ir presencialmente para a escola por conta da pandemia”. Certamente, quando a pandemia passar, quero crer e é o algo que está muito claro, vai ter um novo crescimento de procura, alguns certamente vão querer só estudar nesse formato do rádio, muito certamente, porque na rotina imprevisível deles, ou mais imprevisível do que os outros, o rádio pode ser uma alternativa, para aqueles que não têm essa rotina tão imprevisível ou podem conciliar, por conta até do tamanho da cidade, ir para escola e trabalhar e viver etc. Abrimos, portanto, a discussão sobre a flexibilidade ou a diversidade de atendimento. A pergunta que foi feita sobre as formas de acolhimento, essa experiência nos dá um exemplo disso, a escola dizendo “Eu estou aqui me virando e me repensando para poder trazer você para a escola, porque eu estou atento ao que você está vivendo, você está isolado, sem poder se relacionar, nós também”. Então, formas de acolhimento, no ponto de vista da matrícula, é um caminho e tantos outros.

Por exemplo, já tentando responder uma das perguntas, na hora que aquela mãe ou aquele pai vai matricular o seu filho ou sua filha é uma forma de acolhimento, a secretária da escola ou sistema, enfim fala “Qual a sua escolarização? Você está a fim de vir estudar aqui? Você vai estudar aqui, pode ser positivo para você ajudar seu filho ou sua filha nos trabalhos da escola, nós estamos a fim de fazer isso, nós queremos ajudar você”. Se a escola se coloca nesse sentido, ela já está exercitando o acolhimento, outras formas de acolhimento que tem a ver com a escola mostrar que se importa, que se preocupa com os sujeitos. Eu

conheci uma escola, antes da pandemia, que percebeu que havia uma grande quantidade de sujeitos da EJA que eram desempregados, e claro, muito pobres não tinham condição de estar divulgando os seus serviços, as suas habilidades profissionais e a escola montou, não apenas um painel na escola onde tinha o nome da pessoa, o que ela sabia fazer, o telefone para que alguém, que necessitasse daquele serviço, entrasse em contato. Como uma das atividades, a professora de língua portuguesa foi fazer cartazes com esses mesmos conteúdos para distribuir no bairro ao redor da escola. Então, a escola bancou a xerox, em cada poste no bairro daquela escola tinha lá, fulano de tal, “estudante de EJA da escola tal, presta tais serviços”, telefone tal. Na hora que a escola faz isso, o pessoal faz “tá aí, um pessoal que é meu aliado”, na hora que a escola deixa o portão aberto após às sete e quinze para permitir que aquele aluno, que seja trabalhador, possa entrar sem ter que se submeter a uma rotina, muitas vezes humilhante, de pedir ao vigia para falar com o diretor, com o professor fulano de tal, “diga que eu estou aqui fora para entrar”. Tudo isso aí nós estamos falando de acolhimento, e vamos combinar, é algo que é pouco trabalhado no âmbito das formações, inclusive formação dos gestores, não só na formação dos professores, mas também na formação dos gestores que atuam em escolas de EJA, que são formados como estudante da EJA fosse um estudante como a criança e o adolescente que atende de manhã e de tarde. Não é! Então a própria escola tem que se repensar, inclusive no ponto de vista do regimento e na lógica da afetividade.

Para fechar a minha fala, eu acho que um cuidado é muito importante, a Fabíola

tocou nesse aspecto, não transformar esse baixo nível de afetividade que essas relações intermediadas pelos dispositivos eletrônicos podem provocar, e mesmo a distância que os estudantes têm da escola, não pensar nessa baixa afetividade em algo que transforme o processo pedagógico em apenas um cuidado psicológico. Eu me lembro que quando estava no início da pandemia, havia uma discussão entre colegas professores “Porque o momento agora é do acolhimento, do afeto”, eu também acho, mas não podemos substituir, não podemos transformar um processo pedagógico apenas em um momento de troca de dramas psicológicos. É muito importante que haja um espaço para esse tempo de desabafo, esse tipo de exposição, mas que isso não concentre o foco das atividades. Porque, por exemplo, na pandemia as pessoas não têm que ser apenas acolhidas no sentido de acalentadas pelas perdas, elas também têm que ser acolhidas no sentido de saber o significado dessa pandemia, por que que ela aconteceu, qual os efeitos, o que está por trás dessa pandemia que no fundo é a nossa relação, é um projeto civilizatório de relação depredadora com a natureza. Então isso também precisava e deve ser posto, se não a gente fica reforçando um coitadismo que muitos de nós aprendemos a cultivar, do ponto de vista da nossa formação pedagógica, como professor na hora que encontra o pessoal da EJA, “ah, os bichinhos, os coitadinhos, os que atrasaram”. Ou seja, você tem visão negativa, “coitadista”, infantilizada, e fecha com um acolhimento que é mais psicológico do que pedagógico. Então, penso que a gente tem tudo isso como desafio, e é desafio de formação, porque de fato as nossas universidades não conseguiram ainda

construir uma consolidada e efetiva cultura de formação que faz com que aquele nosso estudante ou aquela nossa estudante, quando saia da universidade, se sinta plenamente em condições de dar conta de uma escola de educação de jovens e adultos. Infelizmente, ainda não conseguimos isso.

FABÍOLA DANTAS

Gostaria de complementar, trazer uma reflexão além do que o professor Alessandro falou: quando a escola deixa, é até um apelo que ele faz, deixa a porta aberta depois das 19h15min, também que ela deixe as matrículas abertas de forma permanente para os estudantes da EJA. Quantas e quantas escolas ligam para mim perguntando “eu posso matricular hoje um estudante da EJA?”, e eu digo “qual impedimento, gente?”. Então as escolas também excluem quando elas não garantem um acesso, então é uma coisa que a gente precisa repensar.

Em relação ao material didático, como eu coloquei na minha apresentação, os programas tiveram uma participação ainda muito “no verniz” do estudante da EJA, nós apostamos que eles iriam realmente estar nos círculos de cultura no planejamento, na avaliação de uma forma mais incisiva, falando sobre suas perspectivas, seus conhecimentos, mas infelizmente, eu acredito que provavelmente seja até produto desta cultura que nós temos de deixar o estudante um pouco ou muito em uma hierarquia muito a abaixo, onde ele não se sente nem capaz de estar ali junto com os professores. Estamos tentando romper com essa ideia, esse preconceito, essa visão horrorosa que vem sendo construída dessa verticalidade das relações, para uma relação horizontalizada. Por isso que o organograma veio

de forma circular, para mostrar que não existe uma hierarquia. Então ainda não conseguimos trazer esse estudante para perto como a gente deseja, para ele se reconhecer como construtor de conhecimento e de conhecimento legítimo, validado. E para construção, para tessitura, para formulação das apostilas, os professores que participam do círculo de cultura daquelas discussões estavam produzindo as apostilas, sem essa participação efetiva do estudante que era justamente o que gostaríamos que acontecesse, inclusive pensamos no início que os programas de rádio poderiam gerar, produzir um material didático a partir dessa especificidade do programa de rádio e depois voltamos atrás porque a realidade não é morta, ela não é estática e temos que parar de pensar o conhecimento de forma zumbi, aquele morto que está andando ainda por aí e que não nos traz muita coisa para responder os nossos desafios atuais.

Em relação ao que a EJA vem trabalhando sobre questões vinculadas à classe, raça e gênero, temos trabalhado com os professores na perspectiva de trazer autores negros, negras, de visibilizar esse conhecimento que por tanto tempo foi desprezado e mostrar que as nossas raízes, aqui da sociedade brasileira, tem uma estrutura racista, ela tem uma estrutura patriarcal, ela tem uma estrutura que impede que a democracia seja vivenciada, conjugada como a gente espera, como a gente sonha. Então os professores têm pensado sobre isso, a informação é o primeiro passo importante para reconhecer que existe isso e a gente começar a pensar realmente em estratégias que vão lutar contra tudo isso que tem acontecido.

ALESSANDRO AZEVEDO

É um desafio que nossa universidade tem, a nossa UFRN, porque por mais esforçados, comprometidos e bem intencionados que sejam as pessoas, ainda temos de enfrentar um processo de formação dos nossos próprios colegas sobre o que de fato é a modalidade EJA. Essa é uma construção que eu, Alexandre, e outros colegas tentamos realizar dentro do Centro de Educação, de modo que possamos ter uma sensibilização cada vez maior a respeito da modalidade, porque a gente se depara com essa situação. A grande maioria dos nossos colegas professores, não apenas aqueles que estão nas escolas, mas aqueles que estão nas universidades, foram formados na perspectiva de formação generalista e universalista à ideia de que os alunos são tudo isso, são condensados nesta palavra, são alunos, e quando muito, no máximo, crianças adolescentes. Então apenas pensar a percepção de que os sujeitos jovens e adultos têm formas diferenciadas, estratégias cognitivas diferenciadas para aprender e que vivenciam um conjunto de experiências de formação fora da escola que precisam ser pensadas como elementos constituintes do processo, isso ainda é algo que a gente precisa maturar muito entre nós. Porque efetivamente não há essa cultura entre nós que pense o sujeito jovens e adultos na especificidade que ele tem. Os estágios vão refletir um pouco isso e ainda que os nossos colegas consigam, de fato, dar orientação etc. Quando aquele estudante de estágio chega na escola, ele se depara com um professor, um profissional — que está supervisionando o estágio —, que não tem essa formação. Então é uma luta, é um desafio imenso. E não é uma questão de culpar ninguém, nem

colocar ninguém para o lado do bem ou do mal, é um desafio que é de todos nós, por isso que os processos de formação têm que ser contínuos mesmo, todos os dias, por isso que os colegas professores que estão nas escolas têm que ter um tempo, toda semana ou a cada 15 dias, para socializar os processos pedagógicos que foram desenvolvidos e debater o que é que funcionou, o que não funcionou, por que será que não funcionou isso ou porque será que funcionou?

“Mas isso não é muito técnico?” Não. É uma dimensão do nosso fazer que a gente precisa ter, refletir sobre o que nós estamos fazendo. O Paulo Freire fala, ação-reflexão-ação, então eu desenvolvo uma atividade, reflito sobre aquilo, retomo, analiso e no processo que é coletivo, porque nós não resolvemos isso em eventos anuais, todo ano um grande evento, nós não resolvemos assim, a gente no cotidiano, no miúdo. É muito engraçado quando vai conversar com os professores que têm um tempo na EJA. É exatamente isso que eles dizem. Eu levei um tempo para entender o que é que eu estava fazendo ali na sala de aula, eu levei um tempo para entender que eu não poderia lidar com eles como se fossem crianças e adolescentes, eu levei um tempo para entender que o dominó que eu vou levar, ainda que eu queira trabalhar de forma lúdica, não precisa ser com umas frutinhas, uns ursinhos... Eu posso levar um dominó que qualquer outra pessoa utiliza, como qualquer jovem adulto utiliza. Eu ouvi depoimentos assim de professores que levavam um dominó com um ursinho, uma frutinha, e de repente o aluno falou “professor, não dá para trazer um dominó de respeito pra gente brincar?” E é um dominó que nós usamos normalmente. Então esse tempo poderia ser mais encurtado se houvesse

uma dinâmica efetiva impulsionada pelas gestões de reflexão periódica das atividades. E isso, o nosso estudante de estágio precisa ter essa clareza e principalmente a clareza de que aqueles sujeitos aprendem fora da escola, existem vários outros circuitos em que quando eles chegam, eles trazem. Então eu não preciso ensinar para um aluno jovem adulto da EJA, por exemplo, a história das últimas eleições do jeito que eu ensinaria para uma criança adolescente, porque esse jovem adulto vivenciou as últimas eleições, então há um elemento histórico já presente, encarnado na cabeça dele, no corpo dele, é um tempo curricular que sujeito já trouxe. Então eu tenho que fazer uso de outro tempo curricular e de outro conhecimento para dialogar com esse que ele já trouxe ao chegar na escola, ele participou da eleição passada, ele participou da outra eleição e por aí vai, eu estou dando um exemplo de história e de eleição, poderia dar tantos outros.